

## Sob sítio

Categories : [Reportagens](#)

O prefeito de Novo Progresso, no sudoeste do Pará, decretou nesta terça-feira, 1º de fevereiro, estado de calamidade pública em virtude dos protestos liderados por madeireiros na região. Eles destruíram uma ponte e há uma semana mantêm bloqueada a BR-163 (Cuiabá-Santarém), única estrada que dá acesso ao município. [O movimento é uma reação contra duas medidas do governo: a decisão do Ibama de suspender os planos de manejo florestal no Pará e a portaria do Incra determinando o recadastramento de todas as propriedades entre 100 e 400 hectares no estado.](#)

O bloqueio da estrada está impedindo a chegada de comida, água e óleo diesel à cidade. Apenas ambulâncias têm permissão para passar. O decreto municipal classificou a situação como “desastre de nível III”, ou seja, muito grave. Por telefone, o prefeito Tony Fabio Gonçalves Rodrigues contou a **O Eco** que os bancos não funcionaram na terça-feira e que os supermercados estão com as prateleiras praticamente vazias. A solução foi decretar três dias de ponto facultativo. A energia elétrica só está garantida até domingo, já que a termoelétrica que abastece Novo Progresso não recebe óleo diesel há dias. Ele também esclarece que os protestos dos madeireiros contam com forte apoio da população local, que sobrevive de atividades relacionadas à indústria da madeira. Até os índios da região estão prestes a se juntar aos manifestantes, pois querem a aprovação de planos de manejo em suas terras.

A Polícia Militar de Novo Progresso, que tem um efetivo de 15 homens, reuniu-se com as lideranças madeireiras e decidiu não entrar em confronto com os manifestantes, que estão fortemente armados. Mas teme saques e a destruição de outras pontes. Por enquanto, a única coisa a fazer é esperar a presença de um representante do governo federal para resolver o impasse.

“Espero que o governo se sensibilize e traga representantes do Incra, da Polícia Federal e do Ibama para o município, a fim de que o recadastramento das terras seja viável”, disse o prefeito. Segundo ele, a unidade do Incra mais próxima fica em Itaituba, a 400km de estrada de terra, e mesmo os que foram até lá não conseguiram regularizar sua situação por falta de organização e estrutura da própria instituição.

“O que o governo não fez em 30 anos, querem que os proprietários façam em 30 dias”, reclama Fernando Ribeiro, secretário executivo da União das Entidades Florestais do Estado do Pará (Uniflor). As organizações ligadas ao setor florestal defendem a prorrogação do prazo de recadastramento e a presença de representantes do Governo Federal na área para negociar. Enquanto isto não ocorrer, Ribeiro diz que os protestos prosseguem, “sem dia nem hora para acontecer”.

As cidades de Castelo dos Sonhos, Moraes de Almeida e Alvorada da Amazônia também vivem o clima de tensão, já que a base da economia local gira em torno das madeireiras. Em Itaituba, o escritório do Ibama está sendo protegido por soldados do Exército, devido ao risco do prédio ser invadido por madeireiros.